

Guerra, imperialismo e ontologia: observações a partir do complexo de problemas da reprodução do ser social

Hugo F. Corrêa*

Resumo:

Inspirando-se no projeto do último Lukács, este artigo tem por objetivo refletir sobre a gênese do imperialismo a partir de um conjunto de observações presentes em sua "Para uma Ontologia do Ser Social" a respeito da função social da guerra no processo de desenvolvimento histórico da humanidade. Adicionalmente, buscaremos também discutir que significado pode ter para o debate sobre o imperialismo algumas das determinações e tendências de desenvolvimento do ser social e particularmente do complexo bélico no curso da reprodução social, conforme reconhecidas por Lukács. Embora “guerra” e “imperialismo” sejam – e devam, portanto, ser tratados como – categorias distintas, tentaremos aqui defender que existe entre elas uma conexão, que nos autoriza a enxergar na primeira a base a partir da qual a outra pode se desenvolver.

Palavras-chave: Imperialismo; Guerra; Teoria Marxista

Abstract:

Inspired by the project of the late Lukács, this article aims to reflect on the genesis of imperialism based on a set of observations present in his "Towards an Ontology of the Social Being" regarding the social function of war in the process of historical development of humanity. Additionally, we will also seek to discuss what significance some of the determinations and development trends of the social being and particularly of the war complex in the course of social reproduction may have for the debate on imperialism, as recognized by Lukács. Although “war” and “imperialism” are – and should, therefore, be treated as – distinct categories, we will try to argue here that there is a connection between them, which authorizes us to see in the first the basis from which the other can develop.

Keywords: Imperialism; War; Marxist Theory

* Professor da Faculdade de Economia da UFF e membro do Niep-Marx/UFF.

Introdução

Quem procura resumir teoricamente a ontologia marxiana encontra-se diante de uma situação um tanto paradoxal. Por um lado, nenhum leitor imparcial de Marx pode deixar de notar que *todos os seus enunciados concretos, se interpretados corretamente, isto é, fora dos preconceitos da moda, são ditos, em última análise, como enunciados diretos sobre certo tipo de ser, ou seja, são afirmações puramente ontológicas*. Por outro lado, não há nele nenhum tratamento autônomo de problemas ontológicos; ele jamais se preocupa em determinar o lugar desses problemas no pensamento, em defini-los com relação à teoria do conhecimento, à lógica etc. de modo sistemático ou sistematizante. [LUKÁCS, 2009: 173. Grifos nossos]

Nos dias de hoje, já é razoavelmente conhecida a proposta do último Lukács de elaborar, a partir da obra marxiana, os princípios ontológicos do ser social. Ainda assim, talvez possa continuar a causar alguma espécie a colocação de que “todos os enunciados” marxianos são “afirmações puramente ontológicas”, especialmente considerando que, a despeito de seu largo conhecimento sobre a história da filosofia, Marx não incluiu a palavra “ontologia” em seu léxico convencional. É realmente Lukács quem, tomando o materialismo histórico de Marx, reconhecerá ali uma orientação verdadeiramente ontológica, identificando as categorias utilizadas como determinações do ser – ao invés de meros construtos mentais criados para conhecer o mundo.

Escrita entre o fim dos anos 1960 e o início dos 1970, a obra de Lukács pode ser tomada como um acerto de contas – ou melhor, como parte de uma busca por um “ajuste de rota” com boa parte do marxismo e do movimento comunista. O reconhecimento do modo como o marxismo vulgar, especialmente em sua forma stalinista, havia interpretado as observações originais de Marx e Engels, e as consequências práticas decorrentes no socialismo real, tornava, desde o ponto de vista de Lukács, imperativa a renovação do marxismo, para a qual o autor busca contribuir por meio de uma ampla recuperação da concepção marxiana do mundo. *Para uma ontologia do ser social* (Lukács, 2009) faz parte de um esforço nesse sentido.

Agora, se é bem verdade que seu ponto de partida tem muito de crítica a grande parte do marxismo, não seria correto deduzir daí que Lukács defendesse então simplesmente se desfazer de toda a tradição marxista do século XX. Exemplos disso

podem ser encontrados nas passagens em que Lukács se depara com o trabalho e a trajetória de Lênin, por quem nutriu até o fim da vida uma notável admiração.

Inspirando-se no projeto lukacsiano, este artigo tem por objetivo refletir sobre a gênese do imperialismo a partir de um conjunto de observações presentes em Lukács (2013, cap. 2) a respeito da função social da guerra no processo de desenvolvimento histórico da humanidade. Adicionalmente, buscaremos também discutir que significado pode ter para o debate sobre o imperialismo algumas das determinações e tendências de desenvolvimento do ser social e particularmente do complexo bélico no curso da reprodução social, conforme reconhecidas por Lukács. Embora “guerra” e “imperialismo” sejam – e devam, portanto, ser tratados como – categorias distintas, tentaremos aqui defender que existe entre elas uma conexão, que nos autoriza a enxergar na primeira a base a partir da qual a outra pode se desenvolver. Para abordar esse conjunto de problemas, iniciaremos pela construção, na próxima seção, de um panorama de concepções diferentes a respeito da guerra, afim de construir um pano de fundo a partir do qual podemos compreender a especificidade e a relevância da visão lukacsiana.

Por que a guerra?

Na apresentação “Por que a guerra?” do livro homônimo, Silva e Leão (2018) tratam o tema da guerra como uma questão “multimilenária” e perene na história humana. Não obstante o reconhecimento do alto grau de erudição que acompanha este e outros escritos do mesmo autor, vemos ali uma apresentação do assunto que restringe as transformações ocorridas no *complexo bélico*¹ a questões técnicas, políticas ou geopolíticas. Nesse sentido, lemos em Silva (2015) que as guerras do século XX possuem cinco especificidades: seu alto poder destrutivo, a multiplicação das formas pelas quais se pode travar uma guerra, a crescente imbricação entre guerra e revolução, sua organização em torno de dois eixos de países (potências navais – Inglaterra, EUA e Japão – e potências continentais – Alemanha, Rússia/URSS e China), e a incorporação da opinião pública como elemento relevante à guerra. Não é de se estranhar, portanto,

¹ Com Lukács (xxxx), tomamos o termo complexo aqui a partir da compreensão de que a realidade social é um todo estruturado, composto por diferentes esferas, diferentes momentos da vida social, relacionados entre si, porém irreduzíveis uns aos outros. Cada uma dessas esferas, desses complexos, são elas mesmas totalidades (parciais) de um conjunto de determinações, que juntas em sua articulação compõem o mundo social.

que, explorando as múltiplas vezes em que a humanidade se perguntou sobre o porquê de se guerrear, Silva e Leão terminem por concluir – ao lado de ninguém menos que Freud e Marcuse – que a guerra continuará “mesmo após o Apocalipse” (ibid., p. 16). A perenidade da guerra se explicaria em última instância aqui em termos de institutos (Eros e Tânatos) que compõem a própria natureza humana.

Noutro registro, Barreiros (2018) escava mais profundamente os aspectos biológicos e antropológicos para tentar compreender a perenidade da guerra. Segundo o autor, o tipo de violência letal empregado por humanos (só) encontra paralelo evolucionário no comportamento de chimpanzés:

Na longuíssima duração do tempo evolucionário, e considerando a trajetória das espécies na ordem dos primatas, a violência coalizacional intersocietária – definição que torna todas as guerras humanas casos particulares – e a complexa rede de mecanismos etológicos que dá fundamento, no campo do inconsciente humano, aos saberes éticos, são pontos fora da curva. [...] Fazem guerra, nessa macroperspectiva, humanos e chimpanzés comuns. Também são eles atores em complexas tramas sociais cotidianas, nas quais o equilíbrio de forças e prestígio entre “competidores cooperativos” é volátil, e o potencial de violência não letal fratricida tem de ser mantido sob controle pela ação de uma mente modular social altamente desenvolvida. (Barreiros, 2018, p. 23)

Nesse sentido, o autor busca na etologia, o “estudo do comportamento animal”, traços decisivos que permitam compreender o enraizamento de comportamento violentamente bélicos na natureza humana. Como percebido por Barreiros, o fundamento material deste comportamento, firmemente incrustado no inconsciente coletivo da humanidade, residiria no acesso a nutrientes e possibilidades reprodutivas, transladando-se assim em traços inatos à psiquê, à natureza, ou, ao menos, ao comportamento humano.²

Menos radicais, mas igualmente redutoras, podem ser visões que tratam a guerra por mera *política*.³ Nos casos anteriores, a violência bélica se encontraria reduzida à

² Sem prejuízo à seriedade do estudo empreendido por Barreiros, que, diga-se de passagem, nos parece tanto interessante quanto louvável, ainda acreditamos que intuitivamente muito mais precisa foi a arte de Guto Goffi e Roberto Frejat quando em tom evidentemente crítico declarou que: “Seremos macacos de novo; Não mataremos mais por dinheiro; Apenas por instinto; Abortados os desejos; Restará o ímpeto; Redescobriremos o fogo; E o poder há de virar; Razão pra você; Ainda seremos macacos; Outra vez”. (BARÃO VERMELHO. *Seremos macacos outra vez*. Rio de Janeiro: WEA, 1994. Disponível em: <https://music.youtube.com/watch?v=7HFhTC6EW5U&si=4CAvUyQyEabQO-IQ>).

³ Não trataremos aqui daquela que é, sem sombra de dúvida, a mais influente obra neste campo, *Da guerra*, do general prussiano Carl von Clausewitz. Clausewitz é lembrado sobretudo por sua máxima, segundo a qual “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Sem considerar os aspectos ligados à sua análise da técnica (objetivos, estratégia, tática etc.) da guerra, a visão de Clausewitz deve ser considerada um marco sobretudo por sua capacidade de compreensão das razões da guerra em certa quadra histórica, mas uma análise mais detalhada requeria mais tempo do que dispomos.

natureza, inata, dos seres humanos. Em certo sentido, o anverso da moeda pode parecer estar em perspectivas como a de Barbara Tuchman (2021), historiadora norte-americana agraciada duas vezes com o prêmio Pulitzer, segundo a qual a guerra (ou pelo menos parte importante delas) pode ser tratada como o *oposto* do humano, a ausência da razão. O argumento da autora é de que diversos eventos bélicos, desde a Grécia Antiga, só podem ser compreendidos pela insensatez ou a loucura política daqueles que governavam as nações beligerantes. Independentemente da qualidade literária e da vasta pesquisa revelada em sua análise, vemos ali uma descrição que indaga insuficientemente as causas dos processos bélicos discutidos, ao mesmo tempo em que é redutora do âmbito da política. Mais que isso é possível perceber que a oposição com relação ao conjunto de teorias anteriormente observado é menos completa do que parece, na medida em que mesmo nesse caso recai sobre a psicologia e as desrazões (“individuais” dos governantes ou “coletivas” daqueles que lhes outorgam poder) a responsabilidade pela guerra.

É um traço comum ao conjunto de visões citadas a ausência de uma tentativa de qualificar as transformações históricas ocorridas no sentido do guerrear. Virtudes, ou “ausência de virtudes”, de uma natureza humana imutável comparecem como explicações. Se, no entanto, Antonio Gramsci (2015) tinha alguma razão em afirmar que “a natureza do homem é a ‘história’”,⁴ então essas tentativas de compreensão da guerra carecem de um componente material indispensável. Deixemos claro desde o princípio, entretanto, que não se trata aqui de buscar nesse componente material uma espécie de “determinante último”, que poderia ser facilmente desvirtuado em economicismo – ou mesmo em algum tipo de *darwinismo social* capaz de associar a guerra à reprodução e ao desenvolvimento unilateral ou univocamente. Ao contrário, o intuito aqui é reconhecer nesse complexo de problemas sua evolução histórica propriamente dita, isto é, os papéis por ele desempenhados no interior de diferentes todos sociais. Este é o modo como a guerra não só ajuda a moldar, mas também é ela mesma moldada a partir de suas conexões com outros momentos da vida social.

⁴ E nesse contexto, Gramsci continua: “contanto que se dê à história o significado de “devir”, em uma *concordia discors* que não parte da unidade, mas que tem em si as razões de uma unidade possível. Por isso, a “natureza humana” não pode ser encontrada em nenhum homem particular, mas em toda a história do gênero humano (e o fato de que se empregue a palavra “gênero”, de caráter naturalista, tem o seu significado), enquanto em cada indivíduo se encontram características postas em relevo pela contradição com as de outros homens. A concepção de “espírito” nas filosofias tradicionais, bem como a de “natureza humana” encontrada na biologia, deveriam ser explicadas como “utopias científicas” que substituíram a utopia maior da “natureza humana” buscada em Deus (e os homens — filhos de Deus), e servem para indicar o contínuo trabalho da história, uma aspiração racional ou sentimental, etc.”.

Essa é chave de interpretação que nos permite desde já explicitar porque a teoria do imperialismo obteve maior sucesso em produzir interpretações relevantes para a compreensão do “por que a guerra?”: em primeira instância, porque ao invés de assumirem um ponto de vista generalizante e anistórico trataram de buscar compreendê-la à luz de certo ponto da história, em suas interconexões concretamente reais com um conjunto mais amplo de problemas.⁵

Não obstante, a investigação a respeito das determinações sociais guerra, tanto naquilo que tem de permanência quanto de mudança, talvez possa elucidar algo sobre o funcionamento da sociedade atual. Nosso incursão por esse terreno se fará agora por meio de uma tentativa de recuperar, a partir dos princípios ontológicos do ser social, conforme tratados pelo último Lukács, elementos que nos permitam avançar no debate sobre a natureza e o significado das relações não apenas bélicas, mas imperialistas. Antes, porém, apresentamos na próxima seção um breve excursão com considerações mais gerais sobre a *Ontologia* de Lukács, que nos permitam lançar bases adequadas para seguir suas pistas no tema que mais diretamente nos importa.

Ontologia do ser social: gênese e reprodução do ser social

Para uma ontologia do ser social pode ser descrito como o último grande projeto realizado por Lukács (2009; 2013), inicialmente anunciado como material preparatório para um projeto mais amplo de escrever uma obra sobre a ética. Em suas

⁵ Como dirá Lukács (2012, pp. 186-7): “Justamente as lutas de classe na sociedade foram usadas com maior frequência para interpretar o ser social como um tipo de ser natural. Não abordaremos aqui as intenções geralmente reacionárias associadas a tais teorias, embora sua repetição obstinada até mesmo em períodos em que nem mesmo a aparência lhes confere alguma plausibilidade aponte claramente para o seu interesse em ignorar conexões verdadeiras e para fontes sociais dessa espécie. Ao falar da aparência, tínhamos em mente o ser de classe de sociedades mais antigas, nas quais ele surgia através do ato natural do nascimento (castas, estamentos), embora também nesses casos a pertença do respectivo indivíduo a uma determinada camada social tenha ocorrido através de um acaso não social e a própria organização social, por exemplo em castas, estamentos etc., tenha sido o produto de um desenvolvimento socioeconômico. Falamos de acaso, porque a subsunção social do indivíduo sob as leis gerais do desenvolvimento social necessariamente tem, da perspectiva do indivíduo, um caráter irrevogavelmente casual. Porém, mesmo quando essa aparência já tiver desaparecido por completo, como no capitalismo, essas teorias da reconversão ideal do social no natural emergem repetidamente, por exemplo no assim chamado darwinismo social, que se empenhou em provar que a luta pela existência é uma lei comum da natureza e da sociedade. Todas essas teorias ignoram que, na luta propriamente dita pela existência, o que está em jogo de modo imediato e real é vida ou morte no sentido biológico, é matar e devorar ou morrer de fome, ao passo que todas as lutas de classe na sociedade giram em torno da apropriação daquele mais-trabalho que compõe o valor específico de uso da força de trabalho humana. (Matar na guerra, a não ser que ocorra por razões canibalescas, nada tem a ver com a luta pela existência na natureza. Como veremos mais adiante, a própria guerra é um fenômeno decorrente – que às vezes se torna relativamente autônomo – da reprodução socioeconômica recém-indicada.)”

mais de mil páginas, Lukács elabora tanto um amplo retrato da história da filosofia quanto também uma interpretação resolutamente original da obra de Marx. Seria evidentemente impossível – para não dizer indesejável – tentar realizar qualquer tipo de resumo de um projeto desta magnitude num pequeno punhado de páginas, que certamente não fariam jus a seus conteúdo e densidade. Ao invés disso, buscaremos nas linhas que seguem recuperar apenas alguns dos elementos que entendemos serem relevantes à luz dos objetivos posteriores.

Para compreender a ontologia do ser social conforme estudada por Lukács, convém partir do *trabalho* e de seu papel na constituição do ser social. Marx (2013, pp. 255-6) identificara no trabalho um atributo distintivo da humanidade, na medida em que permitiria aos seres humanos reconhecerem no mundo possibilidades ainda não efetivadas e *teleologicamente*, i.e. com um agir destinado a tal finalidade, dar a elas existência.

Lukács toma essa percepção marxiana para explicar, em primeiro lugar, como desta forma o gênero humano se destaca da *mudez* característica da reprodução de outras formas de existência. A natureza dada, em suas formas inorgânicas, simplesmente é. O surgimento da vida, embora fundado nesta existência, dela se distancia por um *salto ontológico* com a emergência das formas orgânicas que agem sobre o mundo, mas sempre o tomando como um dado. O princípio da adaptação com o qual Charles Darwin descreveu a evolução das espécies ilustra bem esse princípio, mostrando o modo pelo qual a reação às características e transformações de um ambiente dado permite a transformação e o surgimento de novas formas de vida. O ser social, por outro lado, não poderia ser adequadamente descrito como mera continuidade desse processo, senão como um novo salto ontológico: embora sempre fundado sobre a natureza, inorgânica e orgânica, dela se diferencia, sendo a ela irreduzível.

Assim, ao observar que o ser social supera a *mudez* da natureza, nos referimos, com Lukács, ao fato de que o ser social inverte a lógica adaptativa prevalecente no ser orgânico: ao invés da mera adaptação, ele transforma o mundo, pondo nele coisas que antes não existiam, capazes de satisfazer seus carecimentos (de qualquer tipo). Deve estar claro, a partir de então, porque partimos do trabalho. O trabalho é, na ontologia marxiana (Marx, 2013, pp. 255-6), precisamente o modo pelo qual os seres humanos medeiam seu metabolismo com a natureza, mediante o qual os homens transformam a natureza e produzem suas condições de existência. É verdade, dirá Marx lembrando de

aranhas e abelhas, que também as mais diversas espécies animais alteram o mundo. Mas, embora existam atividades análogas noutras formas animais, o trabalho delas se diferencia justamente pela teleologia, pelo fato de a transformação ter sido ideada antes de ser realizada. Simultaneamente, no processo de trabalho, a humanidade transforma não apenas a natureza (externa), mas também a sua própria natureza, tanto porque precisa condicionar sua existência (física, mental, emocional etc.) ao que dela requer o processo de trabalho, quanto porque, ao moldar o mundo em que vivem, alteram suas condições de existência.

Antes de continuar, nos parece relevante destacar a importância dessas considerações, não apenas na descrição produzida sobre a existência social, mas também em sua relação com o conjunto das interpretações que dela se fizeram.

Nesse sentido, o primeiro elemento a se destacar é que, ao tratar desta forma o trabalho, Marx, e com ele Lukács, está situando de modo preciso o *locus* em que a teleologia importa à filosofia: rechaçando especialmente as visões de mundo teológicas (religiosas) é negada a existência de uma teleologia (agir finalístico) fora da ação humana. Dito de outro modo: o agir humano é teleologicamente dirigido, a história não. O fato de que boa parte das interpretações posteriores da obra de Marx tenha atribuído a seu pensamento uma espécie de “teleologia materialista em direção ao socialismo” soa por isso de todo estranho ao autor e deve ser, diga-se de passagem, criticado justamente à luz dessa percepção.

Em segundo lugar, é igualmente importante notar que, ao situar a teleologia estritamente ao agir humano, nos referimos aqui ao agir individual e não ao resultado que tais ações de fato provocam sobre o mundo. Como extensamente observado na análise marxiana do modo de produção capitalista, pode haver uma enorme distância entre a intenção que alimenta certas ações e seus resultados sociais. O que significa dizer que a ação humana se processa sobre um plano que não é por ele determinado, e se efetiva como síntese de múltiplos atos, em que incorrem tanto a teleologia quanto o acaso, que determinam as condições sobre as quais novas ações serão feitas.

Por fim, é preciso dizer que a negação de teleologia na história empreendida por Marx e Lukács não equivale à impossibilidade de visualizar tendências históricas, ou seja, não implica a inexistência de direção no desenvolvimento histórico. Lukács identifica ao menos três tendências gerais, a saber: i) o desenvolvimento das forças produtivas; ii) o afastamento das barreiras naturais; e iii) a conformação do gênero humano.

De modo muito sintético, isso significa, (i) que é uma determinação própria do ser a contração do tempo que necessita despende para a reprodução das condições materiais de vida. O desenvolvimento das forças produtivas dá ao gênero não só condições de uma vida mais pródiga, mas também mais complexa porque o tempo poupado na esfera econômica cria condições para que desenvolvam outras esferas da vida social (como as esferas da arte, da política, da religião etc.) cuja relação com a economia é cada vez menos imediata.

Desse movimento se pode antecipar, uma segunda tendência (ii) que é a do afastamento das bases naturais. Como observado por Lukács, os seres humanos permanecem sempre existindo enquanto seres biológicos – mas não meramente biológicos, sendo essa uma *barreira natural* que progressivamente afastam, mas da qual nunca se desligam. Os exemplos de como isso ocorre podem ser encontrados na análise de campos como a alimentação e a sexualidade (Ibid., pp. 171-3), mas também em campos puramente sociais como na análise da linguagem, das artes, do direito, da política etc.

Nos primeiros exemplos, vemos como a tendência ao afastamento das *barreiras naturais* altera o funcionamento de complexos irrevogavelmente ligados às condições de reprodução biológica, de tal forma que confere a eles conteúdos cada vez mais distantes de suas características meramente biológicas. Nos demais, vemos como a surgimento de relações cada vez mais puramente sociais cria, para esta forma de ser, determinações inteiramente novas e distintas de suas características meramente biológicas.

Por último (iii), Lukács observa como o processo de desenvolvimento criou, com a emergência do mercado mundial, condições para a conformação do *gênero humano*. Isso significa que o reconhecimento da identidade universal de todos os seres humanos entre si não é um atributo anistórico, mas sim um produto do desenvolvimento histórico, permitindo a identificação humana em raios cada vez mais largos (tribos, comunidades, nações etc.).

Embora Lukács tenha, assim, identificado tendências gerais de desenvolvimento do ser social é importante ter em mente que o autor não tratou do processo de desenvolvimento como algo linear. Como bem observa Bonente (2016), o sentido da palavra desenvolvimento não tem aí a conotação de uma melhora necessária, mas sim de um processo de complexificação no qual o conteúdo social de cada determinação é ampliado. Além disso, seria absolutamente incompreensível a visão do autor caso não

se reconhecesse que a importância da categoria *desenvolvimento desigual*, que abrange o modo como diferentes esferas da vida social (complexos) apresentar simultaneamente ritmos e até direções diferentes e até contraditórias.

Voltaremos a falar desse conjunto de tendências adiante, mas não sem antes olhar, já de posse desse conjunto de considerações gerais de Lukács sobre o ser social, para o modo como na análise do complexo de problemas da reprodução social ele tratou a relação dos complexos da *economia* e da *guerra*.

Violência e guerra no complexo de problemas da reprodução

Lukács (2013, p. 201 et passim) trata o ser social como um *complexo de complexos*, isto é um todo articulado de múltiplas determinações. Cada complexo possui relativa autonomia (por exemplo: a alimentação, a sexualidade, a linguagem, a arte etc.) e é uma totalidade em si, ao mesmo tempo em que se encontra imbricado com os demais complexos na articulação do todo. Nesse complexo de complexos é possível tratar o complexo econômico como *momento predominante*, no sentido de que este possui com relação aos outros uma antecedência existencial. De modo algum isso significa que a economia seja mais importante ou detenha, com relação aos demais complexos, uma relação de determinação causal, mas registra sim que a economia, enquanto momento de produção e reprodução das condições materiais de existência, antecede, cria condições de possibilidade e existência, para o desenvolvimento de outros complexos.

Por outro lado, tomando a economia como uma totalidade parcial, um complexo em si, é possível observar que o momento da produção aparece como momento predominante com relação às condições de circulação, distribuição, apropriação, acumulação etc., enfim com relação às demais condições que compõem o complexo econômico. No mesmo sentido, a esfera da produção, mesmo não sendo determinante das demais condições, é um antecedente existencial para estas: a prévia produção é uma condição da possibilidade de apropriar-se de algo. Na determinação das formas de produção e apropriação, a violência (força extraeconômica) aparece desde muito cedo como uma determinação social decisiva. Este é o sentido a partir do qual se pode

compreender a afirmação de Marx e Engels (2007, p. 40) de que “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”.⁶

A forma de emprego desta violência, no entanto, não é evidentemente imutável se pensarmos por exemplo na variedade de modos de produção e formações sociais, desde a antiguidade até o advento do capitalismo. A escravidão antiga, a servidão etc. são formas de organização da economia que, certamente, não se restringem apenas à violência, mas tampouco podem prescindir dela de modo muito direto. No capitalismo, por outro lado, o uso da violência extraeconômica é uma base em geral dispensável para a organização da produção, embora não de todo ausente.

Dada a importância dessa questão, não é de se estranhar que Lukács tenha, na análise dos problemas relacionados à reprodução do ser social, se voltado de forma bastante direta às formas de apropriação dos frutos do trabalho, dando particular importância à relação entre a violência e a economia, estabelecendo ao mesmo tempo nexos entre a importância da esfera bélica (o complexo de problemas ligados à guerra) e a própria conformação da luta de classes.

Lukács (2013, p. 258), depois de uma discussão a respeito do sentido da prioridade ontológica da esfera econômica e da forma como esta foi entendida erroneamente no marxismo vulgar, inicia uma discussão sobre a importância fundante da cooperação na reprodução do ser social, tomando por ponto de partida a atividade da caça que logo se desdobra em dois caminhos – o da obtenção de alimentos e o da defesa, primeiro contra animais num meio hostil, depois contra outras comunidades humanas. Desse fundamento comum, essas atividades se diferenciam, no entanto. Dão origem assim a complexos (parciais) distintos.

Segundo Lukács, entende-se por meio dessa separação por que boa parte da historiografia teria *a posteriori* fetichizado o antagonismo entre força e economia, ao invés de compreendê-las em sua relação dialética, dentro da qual cabe, como sempre, à

⁶ A divisão social do trabalho tem, é verdade, antecedentes histórico-naturais muito concretos primeiramente em elementos biológicos (divisão sexual, etária etc.), mas se desenvolve especialmente a partir da cisão em classes sociais no interior de formações sociais, que separam produtores de classes cujas condições de vida não dependem da ação direta de (re)produzir suas condições de existência em sentido estrito. O pressuposto material para que isso aconteça permanece imperativamente posto, como observa Lukács (2013, p. 266): “se o desenvolvimento do trabalho, bem como a divisão do trabalho dele decorrente, volta a produzir, num estágio superior, algo também qualitativamente novo, a saber, que o homem tem condições de produzir mais do que precisa para a sua própria reprodução, então esse fenômeno econômico deve dar origem, na sociedade, a estruturas totalmente novas: a estrutura de classe e tudo o que dela decorre. A resposta social à pergunta econômica ‘a quem pertencerá o que foi produzido além do que é necessário à reprodução da vida?’ produz a estratificação de classe da sociedade, e é esta que, desde que surgiu, domina pelo menos até agora o desenvolvimento social da humanidade”.

economia o papel de momento predominante. A “fetichização da técnica” militar tem suas bases no desenvolvimento que afasta os complexos bélico e econômico e lhes confere a aparência de uma completa autonomia – quando, na realidade, sua autonomia relativa não elimina por completo seus laços nem altera sua prioridade.⁷ No entanto, como o autor recorda:

O próprio Marx apreendeu de modo claro e diferenciado a conexão ontológica do ser que surge desse ponto. Por tomar como ponto de partida a prioridade ontológica da reprodução da vida humana, ele não se depara com nenhum obstáculo intelectual que o impeça de vislumbrar concreta e corretamente a conexão específica que aqui está em vigor. Lembremo-nos que ele descreve a particularidade da *esfera do direito*, dizendo que nela as conexões econômicas necessariamente recebem um espelhamento inadequado, mas que justamente essa inadequação constitui o ponto de partida metodológico para regular de um modo vantajoso para a sociedade a parcela da práxis humana que deve ser ordenada juridicamente. Nesse caso, *o seu ponto de partida é manifestamente o fato de guerra e economia estarem enraizadas conjuntamente na reprodução da vida humana, do que decorre uma ininterrupta aplicação conjunta dos resultados do trabalho, da divisão do trabalho etc.* Marx até mesmo aponta muito decididamente para o fato de que, sob certas circunstâncias, *a objetivação, a explicitação e a disseminação de seus resultados no campo da organização bélica podem tomar uma figura*

⁷ Pouco adiante no texto Lukács retoma essa afirmação sobre o momento predominante do complexo econômico e observa que, a despeito da fetichização da técnica (estratégia, tática etc.) ou mesmo tecnologia (pólvora), é especialmente no conjunto do desenvolvimento social que devemos buscar os elementos da superioridade militar em circunstâncias concretas. A passagem é interessante, mas também pode suscitar algum tipo de polêmica, a nosso juízo: “A interação entre a esfera da atividade bélica e a do desenvolvimento econômico desenrola-se, em termos gerais, de modo similar – no plano concreto, todavia, de modo inteiramente distinto. Este constitui o momento predominante, já porque fundamenta toda a organização e, mediados por esta, o armamento, a tática etc. É claro que pode haver fortes variações nesse processo, mas a pergunta – que só pode ser revelada por investigações concretas – é em que medida elas se devem ao fato de que, como vimos, dentro de uma mesma formação são possíveis desigualdades significativas no desenvolvimento. [...] Todavia, também nesse caso apenas em última instância, porque na história acontece com frequência que uma formação que se encontra num patamar mais baixo pode ser vitoriosa em batalhas singulares e até em séries de batalhas singulares, para ainda assim acabar sucumbindo à forma superior de organização social. [...] a guerra – considerada a longo termo – é um órgão executivo, acelerador (todavia, às vezes também inibidor) do desenvolvimento socioeconômico geral. O papel ativo desse complexo no quadro da totalidade social, em interação com o desenvolvimento econômico, mostra-se no fato de que as consequências de uma vitória ou de uma derrota podem influenciar, no sentido de modificar por um prazo mais curto ou mais longo, o andamento do econômico no plano geral. O caráter da economia enquanto momento predominante, porém, mostra-se aqui de modo ainda mais cabal do que na luta de classes”. (Lukács, 2013, pp. 272) Dela convém destacar: (i) a importância que tem no contexto específico a consideração sobre o *desenvolvimento desigual* entre os complexos que impediriam a correta compreensão da caracterização de sociedade mais desenvolvidas e também da possibilidade de visualizarmos sociedades nas quais, por razões concretas, certos complexos, como o bélico por exemplo tivesse se desenvolvido além do que seria de se supor pelo quadro da totalidade social; (ii) a importância que o complexo bélico tem continuamente – como “acelerador” ou “inibidor” – no quadro do desenvolvimento econômico ; e (iii) as dúvidas levantadas pela forte afirmação de Lukács, segundo a qual “na história acontece com frequência que uma formação que se encontra num patamar mais baixo pode ser vitoriosa em batalhas [...] para ainda assim acabar sucumbindo à forma superior de organização social”. Dúvidas essas sobretudo pelo uso da predominância da economia aqui para cravar a imposição de sua superioridade militar em última instância – o que se, por um lado, não costuma ser refutado pelos fatos, por outro lado, tampouco nos parece uma consequência passível de ser extraída das considerações tecidas pelo autor.

mais desenvolvida, mais marcante, que no da economia no sentido mais estrito. (Ibid., pp. 260-1. Grifos nossos)

Pouco adiante, ficará mais claro a razão para Marx se deparar com tal problema quando busca a “particularidade da esfera do direito”. Por ora, é a percepção do “enraizamento comum” e das possibilidades de “objetivação, explicitação e disseminação” dos resultados do trabalho em forma mais desenvolvida na guerra do que na própria esfera econômica o que nos interessa mais. Particularmente, as passagens recolhidas de Marx para ilustrar o ponto acima,⁸ mostram como o autor reconheceu no complexo bélico, num momento relativamente prematuro, tendências que apenas muito depois se desenvolverão na sociedade burguesa, como o salário, o sistema associativo da corporação fabril, a aplicação da maquinaria em grande escala, o “valor especial” dos metais e sua aplicação como dinheiro e a divisão do trabalho “no interior” de um ramo.

Pouco adiante Lukács volta ao que podemos tomar como ponto principal nesse momento:

a primeira forma de apropriação do trabalho que vai além da autorreprodução compreensivelmente é a força bruta. A sua organização, que originalmente servia à defesa, à expansão etc. do espaço natural de reprodução dos homens, recebeu uma nova função: assegurar a apropriação do trabalho de outros homens que vai além da autorreprodução. Enquanto a escravização de homens ainda poderia ser considerada como simples subproduto da guerra (mesmo que não raramente ela figurasse entre os seus objetivos mais importantes), o ato de organizar e assegurar o trabalho escravo já passa a fazer parte daquele complexo que tratamos como esfera do direito. [...] Desse modo, ingressa na existência humana uma categoria nova, igualmente desconhecida na natureza orgânica: a defesa da existência não se dirige mais apenas para a da respectiva comunidade humana em geral e, dentro dela, para a do homem singular (nisso ainda é possível vislumbrar determinações naturais socialmente moldadas), mas se volta para “dentro”, convertendo-se em defesa da respectiva formação econômica contra aqueles homens que, em seu “íntimo”, jamais poderão estar de acordo com essa estrutura, com seu funcionamento, por razões elementares atinentes à sua própria existência, que, portanto, de modo permanente devem ser tidos como seus inimigos em potencial. (Lukács, 2013, pp. 266-7)

De fato, na sequência do argumento desta passagem, o autor passa a se dedicar a um tema ainda muitas outras vezes abordado: a esfera do direito e a importância da regulação jurídica enquanto “substituta” (imperfeita e sempre inacabada, é verdade) da força na estruturação das sociedades de classe em seu processo de desenvolvimento.⁹

⁸ Cf. Lukács (2013, p. 261). As passagens citadas encontram-se nos *Grundrisse* (Marx, 2011, p. 61) e numa carta à Engels, datada de 25 de setembro de 1857 (disponível em: http://hiaw.org/defcon6/works/1857/letters/57_09_25.html).

⁹ Na concepção lukacsiana ora esboçada já é possível visualizar a razão do paralelo posteriormente enfatizado por Wood (2014) entre o imperialismo e a luta de classes, do qual voltaremos a falar em breve,

Nesse sentido, a análise lukacsiana passará, a partir desse ponto, a enfatizar os fenômenos ligados ao papel da força e do direito no quadro evolutivo da luta de classes em diferentes modos de produção.

Uma estrutura de argumentação consoante será seguida por Lukács quando, na última seção do capítulo a que temos nos referido (“A reprodução da sociedade enquanto totalidade”), o autor num plano menos abstrato esboça um retrato ultra sintético da história do desenvolvimento da sociedade, a partir das transformações nas formas concretas do trabalho e da apropriação do mais-trabalho. (Lukács, 2013, p. 314 et seq.) Ali, depois de recuperar parte da discussão a respeito da estabilidade dinâmica do modo de produção asiático, Lukács observará que na Grécia e na Roma Antigas o caráter limitado da base de suas condições (tanto subjetivas quanto objetivas) de trabalho aparece como um condicionante histórico para entendermos seu desenvolvimento:

o trabalho baseado na escravidão permite essencialmente só um aumento extensivo, sobretudo mediante a multiplicação da massa de escravos; isso, porém, pressupõe que haja, por um lado, guerras bem-sucedidas para aportar o material humano e que, por outro lado e simultaneamente, a base militar específica das antigas cidades-Estado dissolva ininterruptamente o estrato dos agricultores parceiros livres. A expansão político-econômica desagrega, portanto, os seus próprios fundamentos, entrando cada vez mais num beco sem saída. Os efeitos já descritos do capital financeiro e do capital comercial exercem uma influência que intensifica a desagregação, mas o momento predominante é a barreira intransponível que a economia escravista levanta diante do desenvolvimento em seu todo (Ibid., p. 321)

As tendências desagregadoras sobre essas sociedades, dentre elas, como momento predominante, sua base escravista – e conseqüentemente a própria limitação da base militar sobre a qual devia se apoiar –, teriam criado condições para a transformação social, numa linha que Lukács continuará a acompanhar até a própria chegada ao capitalismo moderno, mas que, por mais instigante que seja, não acompanharemos nesse momento.

Não se deve depreender desses últimos trechos, no entanto, que a análise lukacsiana esteja considerando que a regulação jurídica, no primeiro caso, ou mesmo a dissolução da economia escravista, no segundo, façam com que o complexo bélico perca importância no quadro do desenvolvimento econômico-social – podendo mesmo ser decisivo para as possibilidades de desenvolvimento (Ibid., p. 272).

na vinculação existente entre esses dois processos no curso do próprio de desenvolvimento do ser social – enquanto formas determinantes da apropriação de mais-trabalho.

De modo geral, devemos destacar que, na análise de Lukács, as guerras não podem ser entendidas em separado da própria forma como se organiza a sociedade, especialmente em sua base econômica. Devemos agora, novamente, nos descolar da análise do autor para tecer algumas considerações sobre como sua análise.

Até aqui falamos apenas de violência e guerra. Isso naturalmente decorre do fato estarmos apresentando um conjunto de considerações que, na maior parte do tempo, se indagou sobre a relação entre os complexos bélico e econômico num nível muito elevado de abstração, atentando sobretudo para sua gênese comum e sua tendência de diferenciação histórica. Assim como ocorre com outras esferas sociais, também nesse caso veremos determinantes cada vez mais especificamente sociais (a política, a cultura etc.) influírem no curso do desenvolvimento da esfera bélica, mas ainda assim não é esse o passo determinante para compreender a especificidade que este complexo adquire no modo de produção capitalista. Esta deve ser compreendida à luz de um amplo debate acerca da categoria *imperialismo*.

Guerra, imperialismo e as tendências do desenvolvimento do ser social a partir do complexo da reprodução social

Ainda na introdução deste trabalho propusemos que a guerra fosse tratada como base a partir da qual se desdobra a categoria imperialismo. Para defendermos esta ideia devemos inicialmente observar seu fundamento comum na disputa pela apropriação de mais-trabalho. A rigor, sua importância está, inicialmente, associada não só à apropriação dos frutos do trabalho como igualmente também à apropriação de meios de produção e de força de trabalho em comunidades diversas.¹⁰

Quando olhamos para a importância do complexo bélico à luz das tendências fundamentais de desenvolvimento do ser social, conforme anteriormente discutidas em Lukács, vemos que inicialmente a interação entre os complexos bélicos e econômicos permite identificar na guerra um momento do desenvolvimento das forças produtivas.

É evidente que tal afirmação não deve conduzir à falsa conclusão que, tomando desenvolvimento em sentido estritamente positivo e olvidando as considerações já realizadas a respeito da noção de desenvolvimento desigual, associaria esta posição a um ajuizamento positivo da guerra. Aqui se trata apenas da constatação de que a guerra

¹⁰ Especialmente quando falamos, por exemplo, de sociedades escravistas, vemos como a guerra desempenha se apresenta como uma determinação incontornável de sua reprodução, como abordado rapidamente na seção anterior.

se apresentou historicamente como um momento do desenvolvimento ao criar condições para uma produção de riqueza em quantidades superiores às aquelas conhecidas anteriormente.

Em primeira instância, é possível associar esse movimento ao à ampliação do domínio territorial (com suas consequências em termos de acesso a recursos materiais, terras, matérias-primas etc.) e à aplicação de maiores contingentes de trabalhadores, que permitem ampliar a cooperação no processo de trabalho. Em segunda instância, é possível também destacar a influência que a guerra teve na ampliação do conhecimento humano e em sua aplicação tecnológica. A respeito deste, entretanto, convém não esquecer que, embora por vezes atribuído exclusivamente a guerra (a “fetichização da técnica”, diria Lukács), se trata de algo já determinado pelo desenvolvimento de formações sociais superiores – o que significa que é, na verdade, a superioridade econômica que condiciona as possibilidades de um desenvolvimento superior no campo tecnológico ou militar e não o inverso.

A segunda tendência identificada por Lukács, o *afastamento das barreiras naturais*, também encontra campos de imbricação com o caminho do complexo bélico. Como vimos, este complexo tem sua gênese num momento econômico muito fundamental do qual passa a se afastar. No campo da guerra esse afastamento se manifestará concretamente de duas maneiras. Primeiramente, a cadeia de mediações entre a guerra e o momento especificamente econômico se expande. Pense-se, ainda num momento muito fundamental, na diferença entre a guerra por produtos do trabalho ou pela ampliação das condições de produção (ou também das condições de circulação, quando o comércio já se encontra desenvolvido). É verdade que nesse exemplo a proximidade entre as esferas bélica e econômica ainda pode ser bastante próxima. Mas esse afastamento continua a acontecer. Conforme aumenta a complexidade do ser social cada vez mais esferas podem intervir sobre o complexo bélico.¹¹ Nessa cadeia de mediações, nenhum complexo tem mais importância que o da *política*. É preciso aqui, mais uma vez, lembrar a famosa máxima de Clausewitz, da guerra como continuação da política por outros meios. Ao contrário do que fazem certas análises de sua obra, no

¹¹ A obsessão de Catão, o velho, pela destruição do império cartaginense no período das Guerras Púnicas pode revelar determinações que extrapolavam o controle do mediterrâneo, embora poucos devam duvidar da preponderância da determinação econômica. No entanto, de forma muito diferente será contada a história das Cruzadas ou mesmo da Primeira Guerra mundial, por exemplo, quando motivações religiosas, culturais, políticas ou uma simples “multicausalidade” de fatores será com mais ou menos correção apontada.

entanto, a sentença de Clausewitz não adquire sentido como uma verdade universal,¹² mas como retrato de certo momento histórico.¹³

Em segundo lugar, a própria forma como são travadas as guerras será fundamentalmente alterada conforme a sociedade se organize por elementos cada vez mais puramente sociais. Parafraseando Marx,¹⁴ poderíamos dizer que “a guerra é a guerra, mas a guerra televisionada, lutada com armas comerciais, com aparato midiático-cultural, com armas de repetição, armas químicas, armas biológicas, armas de destruição em massa etc. é diferente daquela que se faz com paus e pedras”. Como demonstra a enorme variedade de “entradas” acrescentada ao jargão próprio daqueles que estudam a guerra (Silva, 2015), o meio pelo qual são travadas as guerras contemporâneas revelam uma enorme transformação do fenômeno, podendo inclusive serem borradas as fronteiras entre formas variadas de violência (baseadas num incrível avanço tecnológico, mas ainda na força propriamente dita) e outras formas de coerção.

Em terceiro, e mais importante, lugar, porém, é preciso observar que uma mudança fundamental nesse complexo se opera com o advento do capitalismo, conforme se observa que neste o nexos que continua a prender guerra e economia, e colocar na economia o momento predominante, não é a apropriação de valores de uso (que “formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”, Marx, 2013, p. 114), mas sim a obtenção de valor. Ora, essa é precisamente a percepção que cria condições para diferenciar decisivamente as teorias marxistas a respeito do imperialismo de um conjunto mais amplo de análises (historicistas) sobre a guerra.

A categoria imperialismo, como aparece inicialmente nos debates do século XIX, não poderia ser desvinculada das tendências militaristas e belicistas que ganhavam importância naquela quadra histórica. É bem verdade que, no quadro do debate marxista, ela adquiriria, principalmente com Lênin (2011), uma conotação mais ampla relacionada ao conjunto de transformações históricas em curso no desenvolvimento capitalista – o que evidentemente não excluía aquelas tendências, mas as localizava apenas como um momento de algo maior. De fato, seja quando associado concretamente

¹² Veja-se, por exemplo, Cabral (2018), para quem tal afirmação deveria ser matizada apenas à luz dos desenvolvimentos no complexo bélico, posteriores à intervenção de Clausewitz.

¹³ Segundo Lukács (2013, p. 306): “Clausewitz provou o seu senso autenticamente filosófico na abordagem dessa questão já pelo fato de ter reconhecido claramente o caráter preponderantemente político da estratégia, que vai além do meramente técnico-militar”.

¹⁴ “Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente”. (Marx, 2011, p. 47)

a uma fase específica do capitalismo, seja quando tratado como uma determinação mais abstrata e fundamental do capitalismo,¹⁵ o imperialismo continua tendo na guerra apenas um de seus aspectos. Por outro lado, sobre que base social se constrói este fenômeno?

A formação de *impérios* nos remete muito diretamente ao modo como certos povos ou nações foram, ao longo do tempo, capazes de se ampliar territorialmente e assim também de se apropriar de mais-trabalho com o recurso da força. Ellen M. Wood (2014) busca historiar esse percurso distinguindo império baseados na propriedade ou no comércio do que ela chamou de império do capital, o imperialismo propriamente dito. O império do capital distinguir-se-ia dos demais por basear-se não na força extraeconômica, mas sim nos imperativos de mercado – i.e., na internalização dos imperativos à expansão desmesurada do mais-valor e no modo como ficam assim oculta a apropriação do mais-valor, disfarçada sob o manto de relações justas e volitivas. Pela mesma razão, Leite (2016; 2018) afirmará serem as transferências de valor a *essência do imperialismo*.¹⁶

Mas se é mesmo possível afirmar que, no imperialismo, a força não é mais que um momento – em geral preterido, note-se – do processo de apropriação de valor, isso pode a nosso juízo ser compreendido justamente pelo movimento que fez afastarem-se os complexos bélico e econômico. Cria-se assim a possibilidade de a apropriação de mais-trabalho, já sob a forma de mais-valor, se dar por meio de relações meramente econômicas, mesmo no caso do contato entre formações sociais distintas. A base dessa relação continua a ser a força extraeconômica – mesmo quando seu emprego direto passa a um segundo plano ou quando ela sequer precisa ser empregada (apenas pressuposta)¹⁷.

Por outro lado, é preciso também observar como o próprio complexo bélico se altera à luz dessa nova quadra histórica. Nesse caso, nos parecem existir ao menos duas mudanças fundamentais.

¹⁵ Este último caso pode ser ilustrado com as visões de Luxemburgo (1985) e Wood (2014).

¹⁶ Sá Barreto e Aarão (2023) questionam a coerência da noção de *transferência de valor*, como empregada aqui, e a teoria marxiana. Não é este o momento de abrir polêmicas a respeito da tese dos autores. Gostaríamos, contudo, de observar que, do ponto de vista do que é discutido aqui, seria possível manter a mesma estrutura argumentativa alterando a noção de transferência de valor pelo reconhecimento da desigualdade de produção e apropriação de mais-valor entre as nações de capitalismo mais e menos avançado – de forma condizente com o que defendem os autores.

¹⁷ Cf., por exemplo, Wood (2014, cap. 7).

A primeira delas é o surgimento do chamado complexo (agora não no sentido lukácsiano) industrial-militar, que evidencia a transformação da produção dos meios de guerra em um ramo específico do capital. Desde muito cedo, a atividade bélica se imbricou com a esfera econômica ao permitir ampliação do acesso a valores de uso, primeiro, ou também no acesso a meios de produção e força de trabalho, depois. Ao mesmo tempo, no período moderno assistimos este complexo ganhar importância econômica não só pelos espólios advindos da guerra, mas pelo próprio modo como a indústria bélica pode contribuir para acumulação capitalista. Está conectado com isso também a emergência de novas formas de se fazer a guerra (Silva, 2015). Ampliam-se assim as mediações entre a força e economia, sem que esse vínculo seja evidentemente desfeito. A guerra, juntamente ao conjunto de ramos que a cerca, pode, em todo caso, “contribuir” com a ampliação do valor, *mesmo quando não acontece*.¹⁸

A segunda mudança é que a orientação do complexo bélico para valor traz para dentro desta esfera o “impulso desmedido”, para usar termos de Marx, característicos movimento do valor. Nesse sentido, Eric Hobsbawm tem razão ao associar a “guerra total”, que emerge com a Grande Guerra, à própria perspectiva de valorização do capital:

Na Era dos Impérios a política e a economia se haviam fundido. A rivalidade política internacional se modelava no crescimento e competição econômicos, mas o traço característico disso era precisamente *não ter limites*. “As ‘fronteiras naturais’ da Standard Oil, do Deutsche Bank ou da De Beers Diamond Corporation estavam no fim do universo, ou melhor, nos limites de sua capacidade de expansão”. (Hobsbawm, 1994, p. 37. Grifos nossos)

Ora, se o exemplo de Hobsbawm ilustra bem o suficiente o significado que essa “ausência de limites” tem no contexto da Primeira Guerra, o que dizer do “terror compartilhado” com a ameaça de guerra nuclear no fim da Segunda Guerra? A não ser que se tome a história de todo este período, anacronicamente, como uma imensa bravata, deve-se reconhecer que a desmesura do valor se apresentou ali, removendo freios e expondo a humanidade ao abismo.

Por fim, convém lembrar que a orientação do complexo bélico para o valor se desenvolve sobre, mas não exclui, absolutamente, sua orientação para o valor de uso. Se o imperialismo pode no mundo contemporâneo alimentar-se de desigualdades econômico-sociais entre países para aumentar a apropriação de mais-valor em certos

¹⁸ Para que não sejamos mal interpretados: claro está que, independentemente da possibilidade de a indústria bélica contribuir com a acumulação de capital mesmo sem guerras, ela possivelmente se desenvolverá tanto mais diante da efetivação dessas, sendo inclusive um agente propulsor nessa direção.

pontos da economia mundial, ele pode continuamente fazer o mesmo para se alimentar de valores de uso. Exemplos desse tipo não faltam,¹⁹

Voltando agora às tendências gerais de desenvolvimento identificadas por Lukács e usadas como fio condutor para discutir as transformações que atingem o complexo bélico com o advento da produção capitalista, devemos nos dirigir a uma última questão: a da formação do gênero humano.

Se Lukács tem razão ao apontar para a conformação do *gênero humano*, como um *fenômeno histórico*²⁰ ao invés de fato meramente natural, o modo pelo qual isso pôde vir a acontecer, no entanto, reforça a importância da guerra no desenvolvimento. Nas palavras do autor:

o caráter não teleológico desse desenvolvimento conforme a leis revela-se também no fato de que – tal como no caso da elevação das faculdades humanas – os veículos concretos por meio dos quais se realiza entram permanentemente em contradição com a própria coisa: guerras sanguinárias, escravização e até extermínio de povos inteiros, devastações e casos de degradação humana, exacerbação da hostilidade entre nações que chegam a se transformar em ódios seculares – esses são os “meios” imediatos por meio dos quais se realizou e ainda se realiza essa integração da humanidade em gênero humano. (Lukács, 2009, p. 403)

Para Lukács, a conformação do mercado mundial seria momento decisivo desse processo ao viabilizar o reconhecimento genérico, mesmo que imerso num conjunto de relações conflituosas (tanto em sentido econômico, quanto também extraeconômico). Assim, a crescente transformação do *gênero* de um mero *em si* num *para si* se faz acompanhar da manutenção de formas ideológicas e sociais que sustentam e reforçam a *diferença* (entre outras possibilidades, nacionalmente amparada) contra a *identidade* (do gênero). O que se percebe assim é que as contradições que povoaram a gênese histórica da “integração da humanidade” repõem-se e contribuem com o permanente afastamento da capacidade de completa efetivação dessa tendência no sentido da conversão do gênero, não apenas num *para si*, mas também num *para nós*.²¹

Daí que se possa atentar, no próprio coração do debate sobre o imperialismo, a permanência da contradição entre *nacionalismos* e *internacionalismo* até mesmo no seio

¹⁹ Como argumentamente percebido por Sá Barreto e Aarão (2023, p. 18), mesmo que apenas de passagem: “Entendendo como a aceleração da rotação do capital circulante aumenta a produção de valor e entendendo os caminhos principais para contrair ao máximo esse tempo de rotação, percebe-se que a produção aumentada de valor e mais-valor no centro só pode ser materialmente alimentada por processos cada vez mais intensos e abrangentes de espoliação de recursos naturais e de povos inteiros”.

²⁰ Cf. Marx (2011, p. 62).

²¹ Lukács (2009, p.

do movimento comunista. No Manifesto Comunista, Marx e Engels (2007) adotaram um ponto de vista inegavelmente internacionalista, explicando precisamente os meios pelos quais o mercado mundial e a disseminação do modo de produção capitalista criavam condições para o reconhecimento da identidade na condição de classe de trabalhadores de todo o mundo (e, por isso, “uni-vos!” convoca o manifesto). No mesmo diapasão, Musto (2023) lembra que a esquerda, desde os tempos da Primeira Internacional ou antes, assumiu tradicionalmente posições decididamente antibelicistas e antimilitaristas. Em Day e Gaido (2012) é possível ver também como, mesmo que não sem contradições, a esquerda da Segunda Internacional soube condenar o neocolonialismo do período imperialista e antever os perigos o crescente militarismo anunciavam. É sobejamente conhecida, no entanto, a derrota do internacionalismo no contexto da Primeira Guerra Mundial – mesmo na esquerda.²²

Num plano mais geral, o caso mais interessante de se observar foi a criação de uma instituição que deveria mediar e impedir novos conflitos armados como a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas, cuja máxima missão foi enunciada com a confecção da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* – com tanto sucesso quanto o de sua antecedente histórica a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, durante a Revolução Francesa. A declaração de universalidade defronte a uma realidade tão evidentemente fragmentária e inconforme com seus princípios apenas serviu para demonstrar a impossibilidade de decretar por leis (jurídicas) a suspensão de legalidades econômico-sociais.

Diante da incompletude dessa tendência, observável especialmente diante da guerra, não é casual que o momento em que Lukács retomará o tema da relação entre economia e violência (com alguma atenção particularmente à guerra) esteja justo na última seção do livro, “A base objetiva do estranhamento e da sua superação”. (Lukács, 2013, p. 750). A apresentação, mesmo sintética, do tema do estranhamento agora extrapolaria o escopo do presente artigo. Ainda assim, o autor nos brinda com uma reflexão que encerra bem parte do que até aqui tentamos argumentar:

[Em relação ao estágio atual do capitalismo] é na indústria bélica como também no próprio exercício da guerra que as tendências econômicas do capitalismo monopolista cada vez mais manipulado se manifestam talvez em sua plasticidade mais pura. Ainda voltaremos a tratar de determinadas fases desse complexo em outros contextos. Aqui só foi possível e necessário

²² E como lembra Musto (2023), mais uma vez, no curso do século XX o socialismo real pouco fez de concreto para que a esquerda se reaproximasse da posição decididamente antibelicista e antimilitarista que historicamente a caracterizou.

apontar em seus traços básicos a dependência recíproca indissolúvel, a indissociável cooperação entre economia e violência. Por isso, nas considerações a seguir falaremos sempre só da totalidade do complexo reprodutivo objetivo da sociedade e, via de regra, não abordaremos mais as diferenciações feitas em cada caso específico de acordo com a proporção, tanto quantitativa como qualitativa, de violência e economia. (Ibid., p. 752)

Considerações finais

Ainda na primeira seção deste artigo, vimos o comportamento violento que em nível coletivo ou societário encontra na guerra sua expressão, é num nível muito primitivo associado ao acesso a meios de vida ou capacidade reprodutiva, se incrustado na individualidade e conferindo certa perenidade anistórica à guerra.

Alternativamente, buscando em Lukács elementos para compreender o desenvolvimento do ser social tentamos mostrar que a relação entre os complexos bélico e econômico têm um entroncamento comum na emergência do ser social, mas afastam-se, relativamente, adquirindo autonomia. Esta autonomia, por um lado, serve de base para compreender as leituras sobre o complexo bélico que lhe conferem total autonomia e perenidade, e, por outro lado, serve também para compreendermos como a própria evolução do complexo bélico em sua constante interação com o momento econômico.

Da análise sobre a evolução do complexo bélico, tentamos sobretudo mostrar como este constitui-se como a base sobre a qual se desenvolve o imperialismo capitalista, mas também é fundamentalmente alterado pela dinâmica histórica no qual está inserido.

Referências

- BONENTE, Bianca I. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica*. Niterói: Eduff, 2016.
- CABRAL, Ricardo P. Um estudo histórico sobre a guerra. In: In: SILVA, F. C. T.; LEÃO, K. S. (Orgs.) *Por que a guerra? Das batalhas gregas à ciberguerra: uma história da violência entre os homens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- DAY, Richard; GAIDO, Daniel. *Discovering Imperialism: Social Democracy to World War I*. Leiden; Boston: Brill, 2012.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- LEITE, Leonardo. *O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense – Programa de Pós-Graduação em Economia, Niterói, 2016.

- LEITE, Leonardo. A dialética do imperialismo: contribuição para uma reinterpretação marxista. *Crítica Marxista*, n.46, 2018.
- LÊNIN, Vladimir I. *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/Unicamp, 2011.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*, v. I. São Paulo: Boitempo, 2009.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*, v. II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, v. I. São Paulo: Boitempo, 2013
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MUSTO, Marcello. War and the Left: Considerations on a Chequered History. *Critical Sociology*, 49(3), 2023.
- SÁ BARRETO, Eduardo; AARÃO, Jônatas. M de Marx ou de Marini? Recolhendo pistas em O capital. *Anais do 51º encontro da ANPEC*, Rio de Janeiro, 2023.
- SILVA, Francisco Carlos T. Introdução. In: SILVA, F. C.; MEDEIROS, S.; VIANNA, A. M. (Orgs.) *Enciclopédia de Guerras e Revoluções*, v. I. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- SILVA, Francisco Carlos T.; LEÃO, Karl S. S. Por que a guerra? In: SILVA, F. C. T.; LEÃO, K. S. (Orgs.) *Por que a guerra? Das batalhas gregas à ciberguerra: uma história da violência entre os homens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- TUCHMAN, Barbara. *A marcha da insensatez: de Tróia ao Vietnã*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2021.
- WOOD, Ellen M. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.